

ARTIGO

A instrumentalidade da violência no pensamento de Hannah Arendt

The instrumentality of violence in Hannah Arendt's thought

Mário Sérgio de Oliveira Vaz

Graduação em andamento em Filosofia (2014), Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro.
Garapuava – Paraná – Guarapuava, PR – Brasil

RESUMO: O objetivo do presente texto é iluminar o *background* por meio do qual surgem as distinções terminológicas desenvolvidas por Hannah Arendt em seu livro *Sobre a violência* (1968). Em minha argumentação enfatizo que as reflexões teóricas levadas a cabo pela pensadora alemã na referida obra se distanciam de uma visão gloriosa da *violência* como legitimadora do *poder*. Assim sendo, intenciono mostrar através da reflexão de Arendt, a impossibilidade de equacionamento natural destes termos, visto que o poder é por excelência espontâneo e processual, ou seja, traz consigo o timbre de todas as vozes que em concerto o legitima e coloca em marcha à esfera pública. Por sua vez, o uso da violência na política indica a prevalência de uma só voz que silencia as demais, uma manifestação que consequentemente anula tanto a individualidade dos cidadãos quanto a capacidade de agir livremente – a condição nuclear da *ação política*. Destarte, ser-me-á possível apontar que *poder* não se configura como *vigor* ou *força*, mas sim, uma emanção de um pensamento plural que pressupõe o consenso, um agir em comum acordo.

Palavras-Chave: Ação política; Poder; Violência.

ABSTRACT: The aim of the present text is to illuminate the background through which the terminological distinctions developed by Hannah Arendt emerge in his book *On Violence* (1968). In my argument, I emphasize that the theoretical reflections carried out by the German thinker in this work, distance themselves from a glorious view of violence as legitimizing power. Thus, I intend to show through Arendt's reflection the impossibility of a natural equation of these terms, since power is *par excellence* spontaneous and procedural, that is, it carries with it the timbre of all the voices that in concert legitimizes it and places in march to the public sphere. In turn, the use of violence in politics indicates the prevalence of a single voice that silences the others, a manifestation that consequently annuls both the individuality of citizens and the capacity to act freely, the nuclear condition of *political action*. Therefore, it will be possible to point out to me that *power* does not constitute itself as *strength* or *force*, but rather as an emanation of a plural thought, which presupposes consensus, acting in common agreement.

Keywords: Politic action; Power; Violence.



Introdução

A *demarché* arendtiana em seu ensaio *Sobre a violência* (1969) é, num primeiro momento, uma tentativa de compreender os acontecimentos que orientaram a primeira metade do século XX a andar de acordo com o vaticínio de Lênin, segundo o qual este século seria “*Um século de Guerras e Revoluções*”, que comumente acreditou ser a violência o seu denominador comum e a mais flagrante dentre todas as manifestações do poder. Para tanto, sua reflexão toma como gatilho episódios concretos da agenda política de seu tempo, a saber, as rebeliões estudantis de 1968, os movimentos de contestação à Guerra do Vietnã e desobediência civil, os confrontos raciais dentro das universidades americanas e, especialmente, a discussão e os argumentos dentro da “Nova Esquerda” para uma glorificação da violência dentro da esfera política.

É contra este pano de fundo que Hannah Arendt se propõe a levantar a questão da violência no âmbito político, tendo por *leitmotiv* na primeira parte de seu ensaio analisar as causas e a natureza da violência, bem como sua permanência na vida política do século XX através de uma reflexão que, em última instância, não compartilha da mesma ótica dos intelectuais revolucionários de esquerda do período. *Ab initio*, de acordo com sua leitura, o fenômeno da violência, na forma que emergiu nas experiências políticas do início do século XX quando foi ineditamente convertida em um *meio* para *fim* dentro de uma estratégia racionalizada de eliminação, tortura e massacre de seres humanos, excedeu em larga escala o que ele era no contexto clássico grego, a saber, uma ação aplicável apenas na relação entre bárbaros e escravos, que dispensava o uso da palavra (*logos*) e a persuasão, ou, como uma prática restringida ao âmbito privado (*oikós*).

Assim, de acordo com Arendt, no momento em que se constitui como causa motriz da ação da política, a violência, por seu traço instrumental que sempre depende de um fim ou orientação prévia para sua aplicação, sobrepuja e esvazia a dimensão positiva do *poder*, que na linguagem conceitual da autora é resultante da capacidade humana de agir livremente e em concerto. Poder este compreendido por Arendt como *dynamis* de todo governo e inerente à própria existência das comunidades políticas. Ou, para dizermos com Karin A. Fry no seu texto *Arendt: A Guide to the Perplexed*, a violência não somente é muda – por dispensar a troca de opiniões e o uso do *logos* – como também é por natureza perigosa e ineficaz, visto jamais garantir os seus resultados pretendidos (FRY, 2009, p. 64).

Mas para Hannah Arendt, que foi testemunha de muitos dos eventos turbulentos dos anos 60 nos Estados Unidos, este encômio da violência é interpretado, por um lado, como reflexo de um consenso equivocado dentro de nossa tradição do pensamento político – da esquerda à direita – no entendimento de que a violência é a mais nítida dentre todas as manifestações do poder e, por outro, como parte de um esquecimento que se deu dentro das Ciências Sociais acerca do enorme papel que a violência desempenhou nos assuntos humanos. Logo, por ter sido considerada como um fenômeno marginal, raramente se deu à violência a atenção devida, levando a crer que toda sua ocorrência seria algo corriqueiro ou arbitrário, ou seja, simplesmente um mal necessário.

Desenvolvimento

Remi Peeters aponta em seu ensaio *Against Violence but not at any price: Hannah Arendt's concept of power* (2008) que para Hannah Arendt o devido rigor para clarificar o uso adequado dos conceitos políticos “não é apenas uma questão de gramática, mas de perspectiva histórica.” (PEETERS, 2008, p.170). Ainda conforme Peeters, para Arendt “o uso indiscriminado destes e de outros termos indica uma ‘cegueira

para com as realidades que eles correspondem' [...]. Pois uma diferença nas palavras geralmente aponta para uma diferença no próprio fenômeno." (PEETERS, 2008, p. 170). Mas quais são as implicações deste descaso para com o sentido originário dos conceitos políticos? Na perspectiva de Arendt, o que se depreende do nivelamento conceitual entre poder e violência é que nada tornou-se mais certo e inquestionável dentro de nossa tradição de pensamento político do que pensar a política como o campo da dominação de outrem, na qual a prática da violência é a única ação política válida e por assim dizer justificável. Conseqüentemente, de acordo com esta perspectiva, a violência apareceria então como a mais flagrante manifestação de poder, e o poder, ao que tudo indicaria, seria apenas um instrumento de dominação.

Diante disso, com o intuito de salvaguardar o fenômeno político do poder e para que seja possível tratar da questão da violência devidamente, a reflexão de Arendt propõe um repensar fenomenologicamente dos sentidos dos acontecimentos e dos conceitos políticos para que seja possível situá-los e diferenciá-los devidamente. Dado que no instante em que a própria palavra e o discurso político não realizam sua função de tornar transparente o espaço público, mas, em vez disso, escondem-no através da hipocrisia e da mentira, torna-se tentador apostar na violência e passar de *engagés* para *enragés*. Pois a confiança na veracidade é ao mesmo tempo fundamento e fundação das relações entre as pessoas; sem a confiança engendrada pela veracidade da palavra governamental, a democracia perde sua transparência e se vê comprometida, encerrada dentro do segredo e da mentira.

A partir disso Celso Lafer, no prefácio à edição brasileira de *Sobre a violência* (LAFER, 1994, p.9) salienta que esta glorificação do fenômeno da violência por parte de uma parcela de militantes da "Nova Esquerda" traz à tona uma severa frustração e desconfiança para com o significado da *vita activa* no mundo contemporâneo, que no contexto específico deste debate, foi decorrente da monopolização do poder dentro das superpotências e da constante burocratização da vida pública. Fatos estes que camuflam a impotência e o esgotamento das fontes autênticas do poder e, além disso, impossibilitam qualquer manifestação espontânea de seus cidadãos. Mas, no *hall* do desencanto para com a política também se encontram os eventos paradigmáticos dos campos de concentração, dos massacres em massa de civis em conflitos armados, e as duas grandes guerras que trouxeram consigo a possibilidade real de destruição total da humanidade.

É por este viés que Arendt acusa os porta-vozes da "Nova Esquerda" de ignorarem a dubiedade e a incerteza da validade da aposta na ação violenta. Com efeito, a autora nos adverte energicamente de que não haverá luz alguma no interior deste cenário se depositarmos nossas esperanças nas leituras e justificativas para a violência ofertadas por certos teóricos políticos e "pensadores profissionais" que compartilhavam da crença de que, independente do contexto, a política é necessariamente violenta, ou seja, de que não pode ser (nem ser concebida) de outra forma. Daí sua postura extremamente crítica à retórica marxista da "Nova Esquerda", bem como a Jean-Paul Sartre em seu ensaio introdutório contido no livro de Franz Fanon *Os renegados da Terra* (1962), e George Sorel na obra *Reflexões sobre a violência* (1906), autores que para Richard Bernstein em *Hannah Arendt's Reflections on Violence and Power* (2011), ao tomarem consciência dessa intromissão maciça da violência nos assuntos políticos, resgataram anacronicamente do passado uma interpretação da "luta de classe em termos militares" (BERNSTEIN, 2011, p. 04) com o fito de defenderem uma posição favorável à violência na medida em que seria por meio dela que o homem iria recriar a si mesmo e alcançaria a tão esperada revolução.

Atenta a isso, Arendt em *Crises da República* (2004) refuta a hipótese de uma "revolução vindoura" sustentada unicamente por meio da prática da violência, pois em sua visão as revoluções são algo mais que insurreições ou *coup d'état* sustentadas por um levante armado (ARENDR, 2004, p. 28). Destarte, Arendt rechaça

o pressuposto de que o *poder* possa ser entendido como correlato ao número da soma dos dispositivos de violência e de seus implementos ou, que o aumento de armamentos à disposição do estado possa compensar a ausência de legitimidade. Para Peeters (PEETERS, 2008, p.189), acreditar que podemos controlar completamente essa inversão seria subestimar o caráter destrutivo e suicida do arsenal moderno e negar a imprevisibilidade e irreversibilidade que estão presentes na dinâmica própria das ações violentas. O poder sempre joga com o fogo e se põe em risco quando apela à violência e deve empregá-lo com o maior cuidado.

Ou seja, a violência pode desempenhar um papel na política apenas enquanto último recurso, mas cumpre perguntar como manter uma prioridade do poder sobre a violência? Ou, como evitar que uma violência inicialmente justificada se degenere em um mal irreparável? Visto que, a partir desta equivalência indistinta entre poder, violência e domínio implicar-se-iam que os regimes totalitários seriam, em última instância, o reflexo de um exagero accidental no uso dos meios da violência em relação à um limite tolerável.

Na sua reflexão, Arendt destacou ainda um outro fator relevante do século XX — que a seu ver relaciona-se intimamente com o ponto positivo dentro dos movimentos estudantis da década de 60 — qual seja, a preocupação com o desenvolvimento tecnológico e os testes nucleares que acabariam por representar um novo estágio no desenvolvimento de armas de destruição em massa. Desse modo, a tecnologia ao acarretar o aperfeiçoamento e a multiplicação de implementos da violência, (exemplarmente a bomba atômica), passa a ser uma questão política de primeira grandeza, visto que “nenhum objetivo político poderia presumivelmente corresponder ao seu potencial de destruição, ou justificar seu uso efetivo no conflito armado” (ARENDR, 2001, p. 13), e assim aquelas “antigas verdades sobre a relação entre a guerra e a política ou a respeito da violência e do poder, tornaram-se inaplicáveis” (ARENDR, 2001, p. 17). Na medida em que os resultados das ações dos homens escapam ao controle e a previsibilidade dos atores, o aperfeiçoamento dos meios de destruição aplicados nos negócios humanos abriga um elemento adicional de arbitrariedade.

Não há, neste sentido, um *causus belli* que outorgasse legitimidade à forma com que a violência surge aos olhos da geração de jovens daquele período que cresceram sob a ameaça da bomba atômica. Mesmo que por partes dos “velhos gurus” do pensamento revolucionário fosse recorrente o desejo de reavivar todas essas antigas verdades sobre a relação entre guerra e a política, ou a respeito da violência e do poder, para Hannah Arendt estas categorias tornaram-se obsoletas para compreender os acontecimentos políticos da década de 60. Como fora dito, Arendt afirma que a violência jamais poderá discursar em sua própria defesa pois perde o sentido no próprio instante em que ocorre a sua inscrição no âmbito público, na razão de que a sua capacidade destrutiva poderá sempre contar com algum instrumento que a aumente de forma exponencial a serviço de uma causa individual.

E nesse sentido, a pensadora alemã entende que:

[...] o que realmente levou a todo esse desenvolvimento inesperado nas universidades de todo o mundo, parece absurdo ignorar o mais óbvio [...] — o simples fato de que o progresso tecnológico está em muitos casos levando diretamente ao desastre; de que as ciências ensinadas e aprendidas por esta geração parecem não apenas inaptas para desfazer as consequências desastrosas de sua própria tecnológica, mas alcançaram um estágio em seu desenvolvimento em que “qualquer droga de coisa que você faça pode transformar-se em guerra.” (ARENDR, 2001, p. 21)

Conforme a indicação do excerto acima, o que estava em jogo naquele momento era a certeza de que se porventura quisessem a existência de um mundo formado através da interação espontânea entre as pessoas e a permanência da quintessência do homem — o seu habitat a Terra — era imprescindível, por parte dos jovens, o emprego de meios não violentos como forma de resistência, e não cederem ao apelo

à violência cega e desmedida. Haja vista o preocupante advento das armas nucleares possibilitadas pelo progresso da física nuclear, Hannah Arendt ressalta que diante da possibilidade de aniquilação total do mundo, seja através de armas biológicas ou um ataque nuclear, uma dose de prudência seria suficiente para trazer novamente um pouco de sobriedade frente ao ensandecido consentimento da violência. Além do mais, seria necessário se perguntar o quê de duradouro poderia ser erigido de uma guerra termonuclear e qual legado resiste aos massacres em massa dos civis em guerras.

Na esteira da inconformidade destes jovens diante da pesquisa científica das universidades, deve-se também acrescentar que a principal acusação lançada era a de que o desenvolvimento conseguido pelas ciências, e apreendidas por esta geração, não se mostrou convincente em saber lidar com as consequências desastrosas da sua própria tecnologia, e menos ainda em ser a reguladora dos assuntos humanos. Nestas circunstâncias, torna-se mister pensar com Arendt (ARENDR, 2001, p.15), que nada pode ser mais assustador para a política do que tornar-se refém de assessores de mentalidade científica, não por que eles tenham “sangue frio” para pensar o impensável, mas por aquilo que eles não pensam, ou seja, as consequências das ações realizadas. De uma vez por todas, essa geração teria se convencido de que as promessas da racionalidade científica, que têm suas raízes no Iluminismo, não se efetivavam, bem como não mais davam conta de mediar os efeitos catastróficos do desenvolvimento tecnológico voltado para a guerra.

Diante destas inquietações, a responsabilidade com a promessa do futuro ironicamente reencontra o adágio de Sêneca contido em suas epístolas: “*Calamitosus est animus futuri anxius.*”¹ Fiel ao espírito daqueles acontecimentos, diz-nos Arendt que ao serem questionados a respeito de como desejariam que o mundo fosse em cinco anos, a resposta dada pelos jovens daquela geração era: “Desde que ainda haja um mundo” ou “Desde que eu esteja vivo” (ARENDR, 2001, p. 22). Acontece que longe de ser a morte o escopo da política, é de um mundo público — que é tanto palco da existência, da palavra e da ação, quanto uma promessa para aqueles que nascerão um dia e darão seguimento a trama das relações inter-humanas — que a política se ocupa. Sendo assim, este movimento de resgate da possibilidade de agir em prol de uma causa comum, e da efetivação do caráter de cidadania mundana, diante do jogo de xadrez apocalíptico travado pelas superpotências que acumulam dentro de suas fronteiras imensos arsenais de armas nucleares, seguido pelo movimento de resistência contra a Guerra do Vietnã é, para Arendt, a expressão do poder político, da pura coragem para o agir e da confiança na possibilidade de mudança.

Devido a isso, Arendt nos convida a pensar também o caráter salutar destes movimentos:

O *pathos* e o élan da Nova Esquerda, a sua credibilidade, por assim dizer, estão intimamente relacionados com o estranho desenvolvimento suicida das armas modernas; esta é a primeira geração a crescer sob a sombra da bomba atômica. [...] O imenso sucesso desse movimento, especialmente no campo dos direitos civis, foi seguido pelo movimento de resistência contra a guerra no Vietnã [...]. (ARENDR, 2001, p. 20)

De acordo com a reflexão de Arendt, ao se defrontarem abruptamente com a possibilidade do juízo final, esta geração lançou uma questão que possui validade até nossos dias: A violência é um bem ou um mal necessário para a “solução” dos conflitos políticos de nossa contemporaneidade? A máxima de Mao-Tsé-Tung “*De que o poder brota do cano de uma arma*” deveria ser vista como lei ou delírio? A réplica de Arendt às palavras do líder chinês surge explicitamente em uma nota trazida em apêndice quando a autora aponta que “*sit-ins* e ocupações de prédios não são o mesmo que incêndios provocados ou revolta armada”

¹ Traduz-se por: “Desgraçado é quem sempre se inquieta com o futuro”

(ARENDDT, 2001, p. 67) — justamente por que nada de duradouro se assenta desta visão — poder e violência estão em uma relação de proporcionalidade inversa, o aparecimento de um leva necessariamente ao desaparecimento do outro. Nas palavras de Arendt (ARENDDT, 2001, p. 17), à Segunda Guerra Mundial não se seguiu a paz, mas uma Guerra Fria e seu equilíbrio de terror, iniciado quando o abismo entre uma superpotência e um país subdesenvolvido busca ser suplantado por um artefato técnico.

Segue-se que para os olhos daqueles que sustentam esta preocupação, que quanto mais aproximamos esta mensagem da realidade mais a violência e os abusos desta (a sua constante inserção e intervenção em cenários de conflitos e nas relações diplomáticas) aparentam não mais levar à emancipação alguma, nem mesmo recobre um caráter de “santidade”. Para Hannah Arendt, a “*fúria louca*” [*mady fury*], para utilizarmos a caracterização de Sartre sobre a violência — é vista como qualquer coisa entre uma “fé cega” ou “ânimo passageiro”, mas também como uma alienação profunda, *i.e.*, em termos arendtianos, a perda do sentido comum de mundo. Nenhuma explosão sanguinária é equivalente à pressão de quem oprime. Em consonância com Arendt: “Identificar os movimentos de liberação nacional com tais explosões é profetizar seu fim, sem contar que sua vitória improvável não resultaria em uma mudança de mundo, mas apenas de pessoa.” (ARENDDT, 2001, p. 24)

Para Arendt, tal constatação vai ao encontro do antigo *insight* da filosofia política segundo o qual o poder não pode ser medido em termos de uma “riqueza destrutiva” ou, noutros termos, que com armas atômicas a balança entre uma nação de primeiro mundo e um país subdesenvolvido estaria ajustada adequadamente; e se isso não fosse verdade, como nos indica a própria autora, mas sim um imperativo minimamente válido no reino dos fins da pura violência “a vingança seria o melhor remédio para muitos de nosso males.” (ARENDDT, 2001, p. 23). Dito de uma maneira mais expressa, quanto maior o acúmulo de meios de violência nas mãos do governo, maior é o sintoma da perda do poder e da autoridade.

Na entrevista compilada em forma de ensaio *Reflexões sobre política e revolução* presente em *Crisis da República*, Arendt foi questionada a respeito do caráter positivo para história dos movimentos estudantis. E a este respeito tece o seguinte comentário:

Não sei o que você quer dizer com “positivo”. Presumo que queria saber se sou a favor ou contra. [...] Menosprezando todas as diferenças nacionais, que naturalmente são muito grandes, e levando em conta somente que se trata de um movimento global – algo que nunca aconteceu nesta forma antes – [...] o que realmente diferencia esta geração em todos os países das gerações anteriores, então a primeira coisa que me surpreende é sua determinação para agir, sua alegria em agir, e certeza de poder mudar as coisas pelos seus próprios esforços. (ARENDDT, 2004, p. 173)

Por meio dessa citação, percebe-se que Hannah Arendt entusiasmou-se com este “espírito revolucionário” justamente pelo fato de que, mesmo diante de um cenário de tensão no qual “qualquer droga de coisa que você faça pode transformar-se em guerra”, esta singela parcela da juventude exigiu em concerto responsabilidade pelo mundo. Além do mais, Arendt (ARENDDT, 2004, p. 174) salienta que por meio destas ações conseguiu-se grande sucesso ao mobilizar a opinião pública dos Estados Unidos e promover mudanças na área dos direitos civis. Além do mais, as mobilizações emergiram na forma de um conjunto de mobilizações globais ocorridas nos EUA, na Alemanha, Japão e Leste da Europa, caracterizadas por uma confiança surpreendente na possibilidade de mudança. Embora simultâneos, o movimento dos estudantes assumiu características e objetivos próprios de acordo com cada país e lugar, mas encontra sua unidade pelas aspirações democráticas. Nas palavras de Arendt: “esta geração parece caracterizar-se em qualquer lugar pela coragem, por uma surpreendente disposição para a ação [...]” (ARENDDT, 2004, p. 174), interessados primeiramente em restaurar um sentimento de zelo para com o mundo – entendido

não somente como *conditio sine qua non*, mas *conditio per quam* de toda vida (*bíos*) e toda a ação humana possível.

Considerações finais

Por estas considerações, é possível entender que no horizonte das ações, ao menos em potência, os integrantes daquele movimento detinham em suas mãos a *fata morgana* do poder político legítimo quando descobriram que agir publicamente é divertido. O poder, que na perspectiva de Arendt é fruto da capacidade humana de agir em concerto — *i.e* que emerge *entre* indivíduos, mediante um vínculo ou uma causa comum, se efetiva e se exprime na ação, na potencialidade de modificar o futuro mediante uma promessa, mas sendo o futuro imprevisível e incerto, o poder resguarda a necessidade de sempre ser atualizado por meio da palavra devido ao seu caráter transitório e provisório.

Do que fora exposto, pode-se notar que, por um lado os movimentos de protestos — muitas vezes aliados à desobediência civil — formaram instâncias positivas de renovação do poder. Além do mais, estes movimentos questionaram a legitimidade da autoridade governamental e a legalidade das obediências às leis, inflamaram milhares de jovens em todo o mundo a gritarem palavras de ordem e a se manifestarem como nunca até então. Basta lembrar que diante de qualquer teoria da Guerra e de suas justificativas, que desemboque em uma glorificação da violência, o movimento de protesto contra à guerra do Vietnã denunciou que não se trata de uma teoria política, mas antipolítica por excelência e consequentemente, *hostis humani generis*.

Todavia, por outro lado, na leitura de Arendt, esses movimentos pecaram por não fazer “uma análise real da situação existente” (ARENDDT, 2004, p.177), ou seja, por não possuírem limites fixos ou um horizonte a ser atingido. Com isso, faz-se mister perguntar se apenas o poder e sua espontaneidade seria capaz de dotar de estabilidade o campo política. O que cumpre dizer aqui é que Hannah Arendt lamenta o fato de os fatores ditos “positivos” dos movimentos estudantis entrarem em dissolução, engolidos pelo fanatismo e pelo tédio, rebelando-se tão radicalmente, em alguns casos, contra o próprio ambiente que possibilitava a revolta, *i.e*, a universidade e aplicando indiscriminadamente o *slogan* de “que tudo merece ser destruído” (ARENDDT, 2004, p.178). Como assinala Fry: “uma vez que os estudantes atacaram a própria universidade, o protesto já não foi mais aceitável para Arendt” (FRY, 2009, p. 76). O movimento, na sua capacidade para agir foi impressionante, algo notável, mas em contraposição negligenciaram a necessidade de julgar, a faculdade política fundamental para se resgatar a dignidade da política.

Correspondência: Mário Sérgio de Oliveira Vaz. Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro. Rua Salvatore Renna, 875. Bairro Santa Cruz. Guarapuava – PR – Brasil. CEP: 85015-430. E-mail: mariovaz74@gmail.com
Conflito de interesses: Nenhum
Todos os autores leram e aprovam a versão final submetida à revista Em curso.



Bibliografia

ARENDT, H. *A condição humana*. 12ª ed. revista. Trad. R. Raposo. Rev. téc. e apres. A. Correia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

_____. *Sobre a violência*: tradução de André Duarte. – Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

_____. *Crises da república*. 2. ed. Trad. José Volkmann. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BERNSTEIN, Richard. Hannah Arendt's Reflections on Violence and Power. In: *European Journal of Philosophy and Public Debate*. Firenze University Press, 2011.

DUARTE, André. Poder e violência no pensamento de Hannah Arendt. In: *Sobre a violência*, 2001, pp. 81-94.

FRY, Karin A. *Arendt: A Guide to the Perplexed*. Continuum International Publishing Group, 2009.

LAFER, Celso. "Préfacio" In: *Sobre a violência*, 1994, pp. 07-10.

PEETERS, Remi. Against Violence but not at any price: Hannah Arendt's concept of power. In: *Ethical Perspectives: Journal of the European Ethics Network* 15, no. 2 (2008): 169-192.

YOUNG-BRUEHL, Elisabeth. *Why Arendt Matters?* New Haven & London, Conn.: Yale University Press, 2006.

Recebido em: 30/Mar/2017 - **Aceito em:** 16/Nov/2017.